

KUPFER, D. A nova política industrial americana. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 06/10/2010.

A nova política industrial americana
06/10/2010

Em setembro de 2009, o presidente dos EUA, Barack Obama, publicou um documento chamado Estratégia para a Inovação da América, com o objetivo declarado de estabelecer as bases de uma nova política visando o crescimento econômico sustentado e a criação de empregos qualificados. Desde então, foram chegando e sendo aprovados pelo Congresso um conjunto de leis e iniciativas que, aos poucos, vão conformando o que pode ser considerado a nova política industrial americana.

Entre os vários projetos de lei recém-aprovados, pode-se mencionar a iniciativa para promoção do uso de energias limpas, abarcando uma miríade de incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento tecnológico, produção, comercialização e exportação dessas fontes de energia. Outra iniciativa que tenderá a ter grande impacto é a que criou uma comissão emergencial para analisar as causas do déficit externo e propor medidas que possibilitem superar os desequilíbrios estruturais da balança comercial do país. Uma terceira iniciativa instituiu a obrigatoriedade de elaboração pelo governo de um plano estratégico para o setor industrial, a ser encaminhado e aprovado pelo parlamento a cada quatro anos.

O contexto econômico subjacente ao retorno da política industrial nos EUA não é difícil de ser entendido. Entre 2000 e 2009 o país perdeu cerca de 5,5 milhões de postos de trabalho na indústria, quase um terço do emprego total nessa atividade.

O déficit comercial, que já havia duplicado de US\$ 100 bilhões para US\$ 200 bilhões ao longo da década de 1990, escalou para a casa dos US\$ 900 bilhões em 2008, com a participação da China nesse déficit já superando 35% desse montante. Mas, certamente, o mais marcante foi o fato de que em 2001, pela primeira vez, o país tornou-se deficitário na balança comercial de bens de alta tecnologia, e desde então esse déficit só fez crescer, já tendo alcançado a casa dos US\$ 50 bilhões em 2008.

Esse desempenho, efetivamente impensável para uma nação que há décadas se imagina líder incontestável em alta tecnologia, é ainda mais preocupante diante da ascensão de novos países asiáticos, como Coreia do Sul e Cingapura ao clube das nações altamente inovativas e, principalmente, diante da velocidade com que a China se aproxima dessa condição. Não sem razão, a atual política tecnológica chinesa, que explicita preferência das compras públicas para empresas que desenvolvem e registram patentes, projetos, software ou outros ativos de propriedade intelectual na China, é alvo de grande descontentamento por parte do governo (e das empresas) americanas e, juntamente com o yuan desvalorizado, é um dos cavalos de batalha das negociações bilaterais cada vez mais acirradas entre os dois países.

A Estratégia para a Inovação apoia-se em três pilares. O primeiro é o investimento nos fundamentos da capacidade inovativa americana, visando restaurar a liderança do país na pesquisa básica, aperfeiçoar dramaticamente (adjetivo usado no original) os sistemas de ensino e de treinamento profissional, reconstruir infra-estrutura física de alta qualidade e desenvolver uma sociedade da informação avançada. O segundo pilar é promover a competitividade por meio da criação de um ambiente favorável à tomada de risco pelo empresariado, seja em resposta a estímulos às exportações ou ao fomento às inovações via mercado de capitais ou ainda ao incentivo à inovação em atividades privadas com grande potencial de crescimento e nas atividades do setor público.

Mas a Estratégia para a Inovação propõe que existem alguns setores de excepcional importância para a construção do futuro para os quais resultados positivos dependem mais da ação pública consistente do que dos esforços empresariais, lançando aí o seu terceiro e mais importante pilar.

Enquadram-se nesse grupo de setores, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, modernização do transporte, incluindo tecnologias avançadas de motorização dos veículos e de trens de alta velocidade, a construção de uma plataforma para inovação do setor privado em banda larga e internet, usos de tecnologias de informação em saúde e outros e, ainda, novos desenvolvimento científico e tecnológico para enfrentar os desafios do século 21 em áreas como educação e saúde. Para esses setores foi comprometido apoio financeiro superior a US\$ 100 bilhões.

Embora ainda em construção, já é possível perceber que a arquitetura da nova política industrial americana é tão intrincada quanto a malha de problemas que a economia dos EUA está enfrentando. De um lado, transparece uma característica reativa, que busca estancar o recuo da competitividade da economia americana diante do desafio chinês. De outro, porém, percebe-se uma postura ultra-ativa, voltada para acelerar a chegada de um novo paradigma científico-tecnológico que reponha as condições de liderança hoje ameaçadas. De certo modo, lembra a última vez que a agenda de política industrial foi prioritária na política americana, no início dos anos 1980. O objetivo, então, era enfrentar o desafio japonês, cujo maior símbolo foram as derrotas sofridas pelos EUA no campo dos semicondutores e levou a uma resposta que, mais do que a retomada da hegemonia nesse área, pavimentou a construção das bases para a nova onda das Tecnologias de Informação e Comunicação que propiciou os mais de vinte anos seguintes de liderança incontestes dos EUA. A questão agora é decifrar como será a resposta ao desafio chinês.